

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DIREITO AMBIENTAL

Marcelo de Oliveira Milagres^(*)

Sumário: Introdução. 1 — Ambientalismo: antecedentes históricos. 2 — Críticas à ética biocêntrica. 3 — Tutela constitucional do ambiente. 3.1 — Desenvolvimento econômico e consumo sustentáveis. 4 — Da implementação da tutela do ambiente. 4.1 — Responsabilidade civil e ação civil pública ambiental. 4.2 — Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Conclusão.

“... a civilização tem isto de terrível: o poder indiscriminado do homem abafando os valores da natureza. Se antes recorriamos a esta para dar uma base estável ao Direito (e, no fundo, essa é a razão do Direito Natural), assistimos, hoje, a uma trágica inversão, sendo o homem obrigado a recorrer ao Direito para salvar a natureza que morre.”⁽¹⁾

Introdução

A preocupação com a sorte dos recursos naturais não é recente. Desde tempos remotos, há regras de conduta voltadas para a preservação de alguns aspectos do ambiente. É bem verdade, outrossim, que tal preocupação, ainda que de forma fragmentária, não era de todo sincera, ou noutro dizer, visava, tão-somente, à satisfação de meros interesses particulares consubstanciados num estrito dimensionamento econômico dos bens naturais. Nesse diapasão, a apropriação privatística e irracional da natureza foi inevitável, secundada, notadamente, pela *distorção* da concepção antropocentrista do *homem como senhor de todas as coisas*.

As conseqüências perversas dessa egoística visão humana, mais animada pela *cultura do ter* em contraponto ao *espírito do ser*, foram inevitáveis. A Mãe Nature-

(*) Vencedor do Concurso de Monografia do Tribunal Regional Federal — 1ª Região, categoria universitária.

(1) REALE, Miguel. *Memórias*. v. I. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 297.

za, vergastada pelo homem, vem, exaustiva e duramente, clamando à sua *sensibilidade* por formas até então inimagináveis: poluição da água, do ar e do solo, acúmulo de lixo, perigos nucleares, aquecimento crescente da atmosfera terrestre, genocídio gradativo das espécies animais e vegetais, buraco na camada de ozônio, chuva ácida, desertificação, dentre, infelizmente, tantos outros sintomas de que a vida no planeta Terra grita por socorro.

Para nossa ventura, esses apelos vêm encontrando respostas positivas, ainda que não de todo suficientes, por parte do homem, entendidas, no primeiro momento, como medidas de preservação dos recursos naturais vislumbrados, agora, como finitos, e, no segundo instante, inseridas em um contexto mais amplo de *realização* da pessoa humana. Impelido por esse espírito, *floresce* o Direito Ambiental, fruto da sensibilidade e da necessidade de respeito ao homem em toda a sua integralidade, a todos os seus âmbitos de vivência.

Evidentemente que a preocupação do Direito e dos juristas com o meio ambiente não se dá de forma singela, a temática é rica, as indagações e desafios são muitos: conceito e natureza jurídica do *meio ambiente*, determinação do Direito Ambiental como disciplina jurídica autônoma, antecedentes e perspectivas da denominada *cultura ambiental*, críticas à ética antropocêntrica, flagelos ambientais, impacto tecnológico, desenvolvimento e consumo sustentáveis, mecanismos adequados de implementação e tutela do ambiente.

O propósito da nossa exposição é exatamente este, questionar a problemática concernente ao Direito Ambiental. Buscar compreendê-lo na sua função instrumental e garantista de realização, não da natureza em contraponto ao homem, mas deste em comunhão com a vida.

1. Ambientalismo: antecedentes históricos

Hoje, a despeito das muitas controvérsias que o tema suscita, sufragamos a tese que erige o Direito Ambiental à condição de ramo do saber jurídico, disciplina jurídica autônoma, provida de um *objeto de estudo* próprio, o qual, no dizer de Serrano Moreno⁽²⁾, pode ser entendido como “*sistema de normas, princípios, instituciones, prácticas operativas e ideologías jurídicas que regulan las relaciones entre los sistemas sociales y sus entornos naturales.*”

(2) SERRANO MORENO, José Luis. “Concepto, formación y autonomía del derecho ambiental”. In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 34. O mesmo autor, noutra passagem, chama a atenção para a grafia do termo *Direito Ambiental*: “*debe escribirse con mayúscula la inicial del sustantivo y del adjetivo cuando designe al saber jurídico ambiental (dogmática, ciencia o doctrina), con mayúscula la inicial del sustantivo y con minúscula la del adjetivo cuando se refiera al conjunto de normas que componen el sistema jurídico ambiental (derecho objetivo) de un espacio-tiempo determinado, y con minúsculas sustantivo y adjetivo cuando designen a los derechos (subjetivos) ambientales.*”

Trata-se, em verdade, de recente *estrutura normativa* que surge compondo, de forma diversa e particularizada, a chamada *problemática ambiental*, fundamentada, contudo, no valor mais substancial e originário: o da vida.

Evidentemente que a preocupação com a sorte dos recursos da natureza, como já acentuamos, não se deu da mesma forma e intensidade ao longo da aventura humana na Terra.

Wainer⁽³⁾, em alentado trabalho sobre a legislação ambiental brasileira, adverte-nos de que as Ordenações Afonsinas, primeiro código legal europeu, já se preocupavam com a falta de alimentos, com o destino das aves e o corte das árvores frutíferas. Com as Ordenações Manuelinas surgiu a idéia de *zoneamento ambiental* no que tange aos locais de caça de determinados animais, inovando, outrossim, na teoria de reparação do dano resultante de corte de árvores frutíferas, sendo atribuídas rigorosas penalidades e pagamento de diversas multas, segundo o valor de árvores abatidas. Ao tempo das Ordenações Filipinas, ocorreu a incriminação do corte de árvores de fruto, sobreveio a preocupação com a poluição, especificamente, das águas dos rios e das lagoas.

Contudo, todas essas ordenações, bem como regimentos, cartas de leis, alvarás, cartas régias, provisões e avisos reais, ao tutelar, tão-somente, alguns poucos aspectos do meio ambiente, não o compreendiam como um *macrobem* essencial à existência humana, ou, no dizer de muitos, eram normas desprovidas de uma *intenção* ecológica. Sublinhe-se que a expressão ecologia foi criada, em 1866, por R. Haeckel.

Na verdade, somente a partir da década de 70, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, podemos falar verdadeiramente em Direito Ambiental, seja no plano internacional, seja em âmbito nacional.

Realizada em Estocolmo (julho de 1972) — precedida pelo movimento dos cientistas, que, nos idos de 1950, começaram a revelar as muitas consequências perversas da desordenada apropriação humana dos recursos naturais, bem como pelo chamado *ambientalismo* das Organizações Não-Governamentais (ONGs), consistente na crítica do processo civilizatório e das relações humanas — essa conferência teve como principal efeito revelar a importância da temática ambiental, despertando, nesse momento, um movimento global dos atores políticos estatais em resposta à crise concernente aos recursos naturais. A ampla questão ambiental traduziu-se, sistematizou-se, dessarte, em sistemas normativos avançados: em 1976, a Suécia aprovou sua Lei de Proteção do Ambiente; em 1982, o México promulgou sua Lei Federal de Proteção ao Ambiente, substituída hoje pela Lei Geral do Equilíbrio Ecológico e Proteção do Ambiente; o *Control Pollution Act* do Reino Unido foi aprovado em 1974; em 1976, a França teve suas leis propriamente ambientais, Lei 76.629 *relative à la protection de la nature* e Lei 76.663 *relative aux installations*

(3) WAINER, Ann Helen. "Legislação ambiental brasileira: evolução histórica do Direito Ambiental". *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 0, pp. 158/169, 1995.

classées pour la protection de l'environnement; a Espanha, por seu turno, aprovou os decretos legislativos 1.302/1986 e 1.131/1988; e, finalmente, em 1981, veio à lume a Lei brasileira 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

A partir desses marcos, a proteção ambiental vem ganhando uma importância crescente, informada por uma concepção holística do nosso único *habitat*. A visão reducionista de entender o Direito Ambiental como resposta apenas à *crise ecológica* é, então, ampliada pela concepção nobre de valorização da pessoa, traduzida como dignidade humana. Releva notar que o princípio 1 da Convenção de Estocolmo já anunciava essa perspectiva mais ampliada. É bem de ver: “*El hombre tiene el derecho fundamental a la libertad, la igualdad y el disfrute de condiciones de vida adecuadas en un medio-ambiente de calidad tal que le permita llevar una vida digna y gozar de bienestar, y tiene la solemne obligación de proteger y mejorar el medio-ambiente para las generaciones presentes y futuras. A este respecto, las políticas que promueven o perpetúan el 'apartheid', la segregación racial, la discriminación, la opresión colonial y otras formas de opresión y de dominación extranjera quedan condenadas y deben eliminarse*”.⁽⁴⁾

A partir desse enfoque moderno e amplo da problemática ambiental “o direito a um meio ambiente sadio salvaguarda a própria vida humana sob dois aspectos, a saber, a existência física e saúde dos seres humanos, e a dignidade desta existência, a qualidade de vida que faz com que valha a pena viver.”⁽⁵⁾

O direito ao ambiente equilibrado é tido, agora, como universal, fundamental, trata-se de um direito inviolável, inderrogável, indisponível, inalienável, atribuído não ao homem *uti singulus*, mas ao homem abstrato, genérico, ao homem enquanto homem.

Cuida-se de um direito-dever fundamentado na solidariedade. Todos nós, ao mesmo tempo em que somos titulares do direito ao meio ambiente equilibrado, temos, outrossim, a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

Nessa perspectiva, Jacques Cousteau⁽⁶⁾, ressaltando nossa responsabilidade com a continuidade da vida e o destino das futuras gerações, na *Carta dos Direitos das Gerações Futuras*, com singular sensibilidade, determina que “cada geração, no uso e na herança da Terra, é depositária da confiança das futuras gerações e tem o dever de prevenir danos irreversíveis e irreparáveis para a vida na Terra e para a liberdade e dignidade humanas”.

(4) TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993, p. 250.

(5) TRINDADE. *Op. cit.*, p. 76.

(6) COUSTEAU, Jacques. “Carta dos direitos das gerações futuras”. In: *Meio ambiente em jornal*. Belo Horizonte: Edirel, n. 71, jan., 1998, p. 4.

Cuida-se da promoção do recente reconhecido princípio da *equidade intergeracional*. A dimensão temporal na proteção ambiental é indefinida, é um tempo indeterminado, é o das gerações futuras que deverão se suceder.

Canotilho⁽⁷⁾, valendo-se do processo histórico, qualifica o direito ao ambiente como direito fundamental de quarta geração, em contraponto aos clássicos direitos individuais e sociais. Para o autor, o processo de sedimentação dos direitos fundamentais compreende os “tradicionais *direitos negativos*, conquista da revolução liberal; os *direitos de participação política*, emergentes da superação democrática do Estado liberal; os direitos positivos de natureza econômica, social e cultural (usualmente designados, de forma abreviada, por *direitos sociais*), constituintes da concepção social do Estado; finalmente, os *direitos da quarta geração*, como o direito ao ambiente e à qualidade de vida.”

A partir dessa concepção histórico-evolutiva dos direitos, poder-se-ia ter a idéia de que o direito ao ambiente equilibrado é uma demanda *essencialmente* pós-materialista, no sentido de satisfazer e contrapor as *novas* necessidades do homem, enquanto agente inserido na dinâmica de uma sociedade industrialmente desenvolvida, tendo como antecedente a plena satisfação dos seus direitos individuais, políticos e sociais (tidos como de primeira, segunda e terceira gerações). A assertiva, entretanto, não corresponde à realidade.

Com efeito, sabemos que o *despertar* do Direito à problemática ambiental se deve em função da chamada *crise ecológica* com todos os seus conhecidos desdobramentos. Essa crise — e esse é um dos grandes pontos de confronto da sociedade internacional — justifica-se, em grande parte, pelo questionável processo de industrialização percorrido pelos Estados desenvolvidos, incrementada, outrossim, por padrões insustentáveis de consumo de produção⁽⁸⁾.

De outra parte, nos Estados em desenvolvimento (ditos *emergentes*), nos quais as carências, infelizmente, ainda são múltiplas e crescentes, a degradação ambiental se dá mais propriamente como consequência imediata da pobreza, da concentração populacional e relações sociais desiguais. Nesses, a luta se trava em torno da subsistência, pelo acesso comum aos bens naturais. Dessarte, respondendo a provocação anterior, há de se afastar a tese do Direito Ambiental como demanda *essencialmente* pós-material, da proteção ambiental como valor *exclusivo* das sociedades abastadas. Trata-se, a toda evidência, de uma realidade universal (mas não homogênea), consequência de uma maior sensibilidade para com os problemas provenientes de distintos processos de *apropriação* irracional e egoística da natureza, sintetizados, por muitos, como *crise ambiental*.

(7) Canotilho, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991, p. 93.

(8) Tema que será objeto de nossa exposição, quando aduzirmos sobre desenvolvimento e consumo sustentáveis.

Por oportuno, releva notar que a Agenda 21, adotada pela recente Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, junho de 1992), notadamente, nos seus capítulos 3 e 4, dedica especial atenção à pobreza e aos padrões insustentáveis de consumo e produção, como fatores de imensa pressão sobre o meio ambiente.

2. Críticas à ética biocêntrica

Em face das circunstâncias atuais de preocupação com o meio ambiente, alguns estudiosos vêm alçando a natureza à condição de sujeito de direito. Defendem o *direito da natureza* de ser respeitada.

No sentir de Oliveira Junior⁽⁹⁾, “a titularidade de alguns direitos foi estendida dos sujeitos individuais aos grupos, como minorias étnicas, religiosas, a humanidade (no caso do meio ambiente), além de ter sido atribuída a sujeitos diferentes do homem, como os animais, a natureza, etc.”.

Também Bobbio⁽¹⁰⁾ tem opinião semelhante, ao asseverar que “nos movimentos ecológicos, está emergindo quase que um direito da natureza a ser respeitada ou não explorada, onde as palavras *respeito* e *exploração* são exatamente as mesmas usadas tradicionalmente na definição e justificação dos direitos do homem”.

Contudo, em que pese a autoridade dos estudiosos em apreço, não podemos comungar do entendimento que promove a natureza à condição de sujeito de direitos e deveres.

O art. 2º do Código Civil Brasileiro preconiza que “todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil.” É, tão-somente, o ser humano, centro das preocupações do Direito, que é capaz de direitos e obrigações.

Em verdade, quando o ordenamento jurídico tutela o meio ambiente, está, notadamente, reconhecendo sua condição de *bem* essencial à própria vida humana, resguardando-o, dessarte, de assaltos do próprio homem, mas tudo em prol da realidade existencial deste último. Escreve Azevedo⁽¹¹⁾ que “pensar sobre o Direito Ambiental importa em refletir sobre o solo da vida — o ambiente — em seus infinitos ecossistemas e correlações, em cuja totalidade insere-se a *vida humana*” (grifamos).

(9) OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades de. “Cidadania e novos direitos”. In: OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades de (Org.). *O novo em direito e política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 137.

(10) BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 69. (Tradução de: *L'età dei diritti*.)

(11) AZEVEDO, Plauto Faraco. Do direito ambiental — reflexões sobre seu sentido e aplicação. In: FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). *Direito Ambiental em evolução*. Curitiba: Juruá, 1998, p. 279.

O sujeito de direito é todo ser humano, porquanto o direito ao ambiente sadio não decorre de uma relação contratual, nem de um *status* como o de ser cidadão de determinado Estado.

No dizer de Caio Mário da Silva Pereira,⁽¹²⁾ “se a todo homem, e aos entes morais por ele criados, a ordem jurídica concede personalidade, não a confere, porém, a outros seres vivos. É certo que a lei protege as coisas inanimadas, porém em atenção ao homem que delas desfruta. Certo, também, que os *animais* são defendidos de maus-tratos, que a lei proíbe, como interdiz também a caça na época da cria. Mas não são, por isso, portadores de personalidade, nem têm um *direito* a tal ou qual tratamento, o qual lhes é dispensado em razão de sua utilidade para o homem, e ainda com o propósito de amenizar os costumes e impedir brutalidades inúteis”.

No mesmo sentido, manifestou Roxana Cardoso Borges⁽¹³⁾ que “o aumento da proteção legal do meio ambiente não transforma a natureza em sujeito de direito, mas lhe dá posição de objeto de proteção privilegiado em tempos de crise ecológica. Embora no meio jurídico pareça em emergência uma ética biocêntrica que venha substituir a ética antropocêntrica — ainda não se transcendeu esta bipolaridade —, não se aceita que a proteção do meio ambiente seja feita contra a pessoa. Ao contrário, o entendimento é de que os componentes físicos do meio ambiente, como, por exemplo, espécies animais e vegetais, devem ser protegidos à medida que sua proteção não ponha em risco a vida humana”.

Cumpre-nos salientar, uma vez mais, que essa total atenção dispensada ao homem pelo Direito, não lhe outorga a prerrogativa de subjugar o ambiente do qual faz parte, dele dispondo de forma irracional porque tal comportamento, a toda evidência, vem em confronto com seu próprio direito fundamental à vida, compreendido, aqui, em sua real e ampla dimensão.

Devemos compreender o Direito Ambiental em sua nobre função instrumental e garantista de realização, não da natureza em contraponto ao homem, mas deste em comunhão com a vida. Objetiva-se, dessarte, promover o ser humano, asseguando-lhe uma autêntica e melhor qualidade de vida.

Sublinhe-se que o princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento dispõe que os “seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.⁽¹⁴⁾

(12) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 143.

(13) BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. “Direito ambiental e teoria jurídica no final do século XX”. in: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em direito ambiental*, Belo Horizonte: Del Rey, pp. 16/17.

(14) TRINDADE. *Op. cit.*, p. 257.

3. Tutela constitucional do ambiente

A atual Carta da República, a exemplo das Constituições da Bulgária (1971), Grécia (1975), Polônia (emenda de 1976), Portugal (1976), Espanha (1978) e Chile (1981), revelando preocupação com o gênero humano, em inúmeras disposições vem tratar expressamente da temática ambiental, dedicando-lhe, notadamente, um capítulo próprio sob a epígrafe *Do Meio Ambiente*.

De início, o art. 5º, LXXIII, confere legitimidade a qualquer cidadão para manejar ação popular visando anular ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

O art. 23, incisos VI e VII, reconhece a competência comum da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios para “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” e “para preservar as florestas, a fauna e a flora”.

De outra parte, o art. 24, incisos VI e VIII, atribui competência concorrente à União, Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”, assim como, “responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

O art. 91, § 1º, I, incluiu entre as atribuições do Conselho de Defesa Nacional a de opinar sobre a utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, notadamente, na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.

Por seu turno, o art. 129, III, explicita, dentre as funções institucionais do Ministério Público, a de “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

Mais adiante, o art. 170, VI, notadamente, eleva a defesa do meio ambiente a um dos princípios da ordem econômica, vale dizer que a atividade econômica cumpre desenvolver-se em consonância com tal princípio dentre os demais ali consignados, cuja inobservância enseja a aplicação da responsabilidade da empresa e de seus dirigentes na forma prevista no art. 173, § 5º, bem como naquela insculpida no polêmico e candente art. 225, § 3º, todos da Constituição Federal de 1988.

Ainda no que concerne à Ordem Econômica e Financeira, o § 3º do art. 174 determina que o “Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros”. Assim, o desenvolvimento do cooperativismo, no que tange à atividade garimpeira, tem como premissa a comunhão do homem garimpeiro com a natureza.

De seu turno, o art. 186 consigna, como um requisito da função social da propriedade rural, e, aqui, a teor do art. 5º, XXIII, e art. 182, § 2º, todos da Carta de 1988, inserimos, também, a propriedade urbana, “a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”.

No título que a Carta da República reserva à Ordem Social, o art. 200, VIII, determina que compete ao sistema único de saúde, além de outras atribuições, “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”. Vê-se, assim, a amplitude do termo *meio ambiente*.

O art. 216, V, enumera os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, *paisagístico*, artístico, arqueológico, paleontológico, *ecológico* e científico, como bens pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Por sua vez, o art. 220, § 3º, II, atribui à lei federal a determinação de meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem da “propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente”.

A par de todas essas expressas disposições constitucionais, o legislador constituinte entendeu por bem dedicar um capítulo próprio à questão ambiental, concentrando seus esforços em único artigo, o art. 225, cujo *caput* merece a nossa maior atenção: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A disposição, a despeito de sua aparente singeleza, suscita algumas reflexões importantes, principalmente, quanto à determinação e à conceituação de *meio ambiente*.

Machado⁽¹⁵⁾, no *Direito Ambiental Brasileiro*, adverte que a expressão *meio ambiente* é um pleonismo, porquanto os termos *ambiente* e *meio* guardam inteira similitude. Conquanto precisa a advertência do autor, temos que o uso da expressão *meio ambiente* foi consagrado pela Constituição Federal e pelos estudiosos, e, nesse diapasão, não vislumbramos problema maior em utilizá-la.

O nó górdio da questão concentra-se, todavia, na conceituação de *meio ambiente*.

Consoante o art. 3º, I, da já mencionada Lei 6.938/81 (marco legislativo recepcionado pela atual Carta Política), que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, entende-se por “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

(15) MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*, 4ª ed., São Paulo: Malheiros, 1992, p. 63.

O legislador brasileiro, acertadamente, antevendo a ampla dimensão da problemática ambiental, ainda que incorrendo na falta de clareza, optou, a toda evidência, por um conteúdo abrangente na definição de meio ambiente, não o considerando apenas como natureza em sentido estrito, como mera proteção dos recursos naturais, mas como complexo de relações amplas nas quais se inserem o homem e os demais seres vivos.

Na atenção dispensada à preservação do nosso único *habitat*, o planeta Terra, e, por conseguinte, à sobrevivência do próprio gênero humano, temos que as preocupações se voltam para todos os fatores condicionantes da relação homem-natureza, notadamente, os socioculturais.

Nessa perspectiva, Martins⁽¹⁶⁾, ao discutir a concepção de meio ambiente, adverte que o movimento atual “passou a ocupar-se de todos os aspectos relacionados com o ambiente natural: terra, água, minerais, todos os organismos vivos e processos vitais, atmosfera e clima, calotas polares e profundidades oceânicas remotas, e até mesmo o espaço. Voltou-se também para a situação do homem, tanto no plano das comunidades como no das necessidades individuais de habitação e condições de vida, e deu ênfase à relação entre os ambientes artificial e natural. Este novo movimento tenta uma percepção mais ampla e cientificamente mais sofisticada da relação existente entre o homem e o ambiente. Preocupa-se não só com a condição dos recursos naturais, mas também com os valores, instituições, tecnologia, organização social e, em particular, como a população influenciou o uso e a conservação daqueles recursos”.

O legislador constituinte determinou o meio ambiente como *bem de uso comum do povo*. A terminologia adotada, ao nosso sentir, não foi a mais feliz, conquanto a intenção do legislador fosse atribuir ao meio ambiente a qualidade de bem jurídico próprio, como *macrobem*⁽¹⁷⁾ essencial à sadia qualidade de vida de todos nós.

Com efeito, a teor do art. 66 do Código Civil Brasileiro, a expressão *bem de uso comum do povo* designa uma espécie de bem público, vale dizer, atribuído ao domínio público do Estado (critério subjetivo).

O meio ambiente, todavia, não integra o domínio patrimonial do Estado no sentido que lhe emprestam a doutrina clássica e legislação vigente. Cuida-se, em verdade, de um *macrobem* pertencente a todos e a ninguém com exclusividade, afeto ao gênero humano, a título autônomo e como disciplina autônoma (critério objetivo ou finalístico).

(16) MARTINS, Antônio Carvalho. *A política de ambiente da comunidade econômica européia*. Coimbra: Coimbra, 1990, pp. 32/33.

(17) O meio ambiente, a partir de uma visão unitária e integrada, é entendido como uma entidade, um bem imaterial, não se confundindo com os bens singulares que o compõem, v.g., rios, flores, águas, os quais, na sua individualidade, são, também, bens jurídicos.

Para José Afonso da Silva⁽¹⁸⁾, a qualidade ambiental não é um bem público nem particular. O meio ambiente equilibrado, assim como seus elementos constitutivos (v.g., qualidade do solo, da água, do ar), são *bens de interesse público*, “dotados de um regime jurídico especial, enquanto essenciais à sadia qualidade de vida e vinculados, assim, a um fim de interesse coletivo”.

Segundo Luís Roberto Barroso⁽¹⁹⁾, “o que o constituinte terá pretendido dizer é que o meio ambiente constitui um bem jurídico próprio, distinto daquele sobre o qual se exerce o direito de propriedade”. Exemplifica que um fazendeiro “pode ser legítimo proprietário de área na qual existe uma floresta. Mas se queimá-la, estará comprometendo a qualidade do ar da região — ou do planeta, exagere-se —, que é objeto de um direito distinto do de propriedade e que, no particular, a ele se sobrepõe”.

Com efeito, o meio ambiente, entendido em sua realidade abstrata e unitária, é bem jurídico próprio, cuja titularidade é atribuída ao homem genérico. Mesmo que alguns dos elementos constitutivos do ambiente (v.g., florestas, solo), estejam sob o domínio direto de uma pessoa, seja pública ou particular, ainda assim não lhe é facultado o poder de dispor destes bens de molde a afetar o equilíbrio do ambiente em sua concepção unitária de macrobem.

Como acentua Garrido⁽²⁰⁾, à concepção absoluta, romanística de propriedade, devemos contrapor a idéia do *usufruto ecológico*, segundo a qual o uso dos recursos naturais deve ter como limite o respeito às condições de vida das gerações presentes e a salvaguarda dos direitos das gerações vindouras.

O legislador constituinte, ao fim do *caput* do art. 225 — no qual se inscreve a norma-princípio ou norma-matriz do capítulo dedicado ao meio ambiente, no dizer de José Afonso da Silva⁽²¹⁾ — impõe como *dever de todos*, ressaltando a presença do Poder Público, a defesa e preservação do ambiente para as presentes e futuras gerações. Consagrando, destarte, o princípio da *equidade intergeracional*.

3.1 — Desenvolvimento econômico e consumo sustentáveis

O art. 170, VI, da Constituição Federal de 1988, não nos poderia passar despercebido. Com efeito, este preceito constitucional determina que o desenvolvimento econômico deve atender à expectativa de justiça social e, ressalte-se dentre outras exigências, a de proteção do meio ambiente.

(18) SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 56.

(19) BARROSO, Luís Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 252.

(20) Cf. GARRIDO, Francisco Peña. “De como la ecología política redefine conceptos centrales de la ontología jurídica tradicional: libertad y propiedad”. In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 213/223.

(21) Cf. SILVA. *Op. cit.*, p. 31.

Analisando essa disposição constitucional em consonância com aquela insculpida no candente art. 225, *caput*, temos que o nosso ordenamento jurídico consagrou o princípio do Direito Internacional contemporâneo do desenvolvimento econômico sustentável consubstanciado no entendimento de que os Estados devem desenvolver-se de molde a atender as reais necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder também às suas próprias necessidades.

Todavia, ainda hoje, quando se fala em desenvolvimento sustentável, muitos são aqueles que contrapõem o crescimento econômico à proteção ambiental. A idéia é posta nos seguintes termos: mais qualidade ambiental menos crescimento econômico e vice-versa. Nada mais inverídico.

Com efeito, os direitos humanos, o direito ao ambiente equilibrado e o direito ao desenvolvimento constituem três perspectivas de um mesmo todo. A realidade tem nos mostrado que a promoção do ambiente, contrariando a idéia do *custo ambiental*, é, em termos qualitativos (qualidade de vida) e, até mesmo no aspecto quantitativo, numa perspectiva clássica de desenvolvimento, um grande e necessário investimento.

Recente editorial do jornal *Folha de São Paulo*⁽²²⁾ assevera que o *ambientalismo das empresas*, movimento destes atores em torno da fomentação de processos produtivos consentâneos com as exigências de preservação da natureza, pode e tem proporcionado ganhos financeiros imediatos aos empresários.

É relevante notar, outrossim, o incremento de redes multissetoriais que estabelecem e certificam formas sustentáveis de processos produtivos, transporte e ciclo de vida dos produtos, surgindo, assim, os chamados *selos verdes*, bem como o importante e desejado certificado de gestão ambiental ISO 14.000.

Ao comentar a importância da manutenção das reservas extrativistas na Amazônia, Birnfeld⁽²³⁾ adverte que “mesmo no puro sentido capitalista da palavra não existe justificativa para colocar pasto no lugar dos seringais. Um hectare de floresta, em castanha e borracha, gera o dobro do rendimento bruto com gado. Além disso, é preciso computar o que os seringueiros e os índios retiram da floresta em termos de caça, de pesca e de frutos”.

Assim, mesmo diante de uma perspectiva imediatista, percebe-se que a proteção ambiental não constitui um entrave ao desenvolvimento econômico. Ademais, temos que desenvolvimento, em sua verdadeira concepção, não pode significar a destruição da natureza, e, por conseguinte, do gênero humano. Desenvolvimento e promoção do ambiente caminham juntos, de forma indivisível e integrada, sendo ambos de interesse de toda humanidade.

(22) *Folha de São Paulo*. “Empresas verdes”. São Paulo, 08 de ago., 1998.

(23) BIRNFELD, Carlos André Sousa. “Do ambientalismo à emergência das normas de proteção ambiental no Brasil — Algumas ilações necessárias”. In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 84.

Merecem destaques os princípios 3, 4, 5 e 8 proclamados pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992:

— “O direito ao desenvolvimento deve ser exercido, de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras”.⁽²⁴⁾

— “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste.”⁽²⁵⁾

— “Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.”⁽²⁶⁾

— “Para atingir o desenvolvimento sustentável e mais alta qualidade de vida para todos, os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.”⁽²⁷⁾

Com efeito, não há de se falar em desenvolvimento sem se falar em promoção do homem, e, por conseguinte, das suas reais necessidades e expectativas. Como diz Trindade⁽²⁸⁾ “todos os modelos de desenvolvimento hão de conformar-se com os padrões internacionais dos direitos humanos”. Nessa medida, como já adiantamos, devemos afastar a idéia do Direito Ambiental como demanda essencialmente *pós-material*, da proteção ambiental como valor exclusivo das sociedades abastadas. Tanto um desenvolvimento insuficiente que fomente a pobreza, quanto um desenvolvimento inadequado que resulte em consumismo, são formas indesejadas de pressão sobre o ambiente.

A preocupação ecológica não se insurge contra o desenvolvimento, mas se opõe àqueles modelos que não têm o respeito à pessoa humana como princípio fundamental. Nesse desiderato, é premente a superação tanto da pobreza quanto dos padrões insustentáveis de consumo e produção, tudo em prol do homem e do ambiente que o sustenta.

4. Da implementação da tutela do ambiente

A preocupação do Direito com o equilíbrio do ambiente não pode limitar-se à mera declaração de direitos, à simples definição de valores até então ignorados, sob pena de insatisfação dos legítimos anseios do homem. Cumpre-lhe, outrossim,

(24) Princípio 3.

(25) Princípio 4.

(26) Princípio 5.

(27) Princípio 8.

(28) Cf. TRINDADE. *Op. cit.*, p. 178.

como acentua Roxana Cardoso Borges⁽²⁹⁾, buscar promover as normas do plano das aspirações, de sua *função simbólica*, ao plano da realidade.

Nessa perspectiva, é manifesta a contribuição da emergente problemática ambiental para o aperfeiçoamento e promoção de mecanismos aptos à efetivação, ao reconhecimento de direitos, notadamente, ao ambiente sadio.

Hoje, quando se fala em Direito Ambiental, é inevitável ressaltar a importância, entre outros, do estudo prévio de impacto ambiental da auditoria, zoneamento e licenciamento ambientais, da responsabilidade civil sem culpa, da responsabilidade criminal da pessoa jurídica, da ação civil pública, do inquérito civil, do termo de ajustamento de conduta, da desconsideração da pessoa jurídica, do seguro e tributação ambientais. Cuida-se de mecanismos, ainda que não exclusivos do Direito Ambiental — mesmo porque este não se pretende independente e imune a contribuições —, necessários à implementação da tutela do ambiente. Alguns desses instrumentos vêm sendo aperfeiçoados ao longo de sua história, outros, ao revés, trazem o caráter da novidade.

O certo é que, hoje, podemos asseverar que o *despertar* do Direito à problemática ambiental não se limita a descrever normas, vem buscando, também, implementá-las, seja orientando conhecidos mecanismos aos novos desafios, seja promovendo, de igual modo, outros meios de tutela. É bem verdade, também, que não estamos diante de uma realidade acabada, passos importantes foram dados, mas ainda temos muito o que fazer pela preservação deste *solo da vida* chamado ambiente. Esse é o grande tema, do presente e do amanhã.

Nunca é demais ressaltar que a efetiva proteção ambiental não prescinde, de igual modo, da implementação dos direitos que lhe são anteriores, notadamente, do direito à educação, informação e participação.⁽³⁰⁾

Como acentua Trindade⁽³¹⁾, o direito ao ambiente sadio “acarreta, como corolários, o direito do indivíduo interessado a *ser informado* de projetos e decisões que poderiam ameaçar o meio ambiente (a proteção do qual contando com medidas preventivas), e o direito do indivíduo interessado *de participar* na tomada de decisões que possam afetar o meio ambiente (divisão ativa de responsabilidade no gerenciamento dos interesses de toda a coletividade).”

O princípio 19 da Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente (1972) já nos advertia que é “*indispensable una labor de educación en cuestiones ambientales, dirigida tanto a las generaciones jóvenes como a los adultos y que preste la debida atención al sector de población menos privilegiado, para ensanchar las bases de una opinión pública bien informada, y de una conducta de los individuos, de las*

(29) Cf. BORGES. *Op. cit.*, pp. 22/27.

(30) Cf. BORGES. *Op. cit.*, p. 23.

(31) TRINDADE. *Op. cit.*, p. 142.

empresas y de las colectividades inspirada en el sentido de su responsabilidad en cuanto a la protección y mejoramiento del medio ambiente en toda su dimensión humana”.⁽³²⁾

O princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento dispõe, didaticamente, que a “melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando as informações à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos”.⁽³³⁾

Releva notar que a atual Carta Política, no seu art. 225, § 1º, VI, expressamente atribui como dever do poder público a promoção da “educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

Em verdade, o equilíbrio do ambiente é, igualmente, um direito e um dever de todos, ou, no dizer da Constituição Federal de 1988, da coletividade e do poder público, sendo a este último atribuída uma função real e não meramente simbólica de proteção ambiental.

Nós todos temos um compromisso com a continuidade da vida, e, assim, devemos proceder, participando, discutindo, buscando a realização dos valores consagrados constitucionalmente, enfim, promovendo verdadeiramente a natureza como um prolongamento do nosso ser.

Concentremo-nos, a partir de agora, no estudo de alguns desses importantes mecanismos de tutela do ambiente, sempre rememorando que é o princípio da precaução que orienta todo o Direito Ambiental.

4.1 — Responsabilidade civil e ação civil pública ambiental

A responsabilidade civil, fundada na culpa, originária do Código Civil francês, sob inspiração de Domat e Pothier, não acompanhou as inúmeras e imprevisíveis circunstâncias da vida moderna.

Diante de uma premente necessidade de promover uma rápida e eficiente reparação dos danos de toda ordem e, porque não dizer, também, preveni-los, de-

(32) TRINDADE. *Op. cit.*, p. 254.

(33) TRINDADE. *Op. cit.*, pp. 259-260.

envolveu-se, então, a tese da responsabilidade sem culpa, ou comumente denominada, responsabilidade objetiva.

A idéia restou consagrada como regra pelo Direito Ambiental no que concerne à composição e, notadamente, à prevenção dos danos ambientais, porquanto a noção de maior eficiência de reparação se mostra mais apta a dissuadir condutas danosas ao ambiente. Em síntese, o que se busca é a proteção integral do meio ambiente, seja evitando, a todo custo, o chamado *dano ecológico*, seja promovendo sua reparação.

A Lei 6.938/81, recepcionada pela atual Carta Política, conforme já advertimos, a despeito de outros diplomas precedentes, sistematizou, no seu art. 14, § 1º, a tese de que todo e qualquer poluidor⁽³⁴⁾ é obrigado, “*independentemente da existência de culpa*”, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade” (grifamos).

O dispositivo faz referência à indenização ou à reparação de danos. Esses termos, entretanto, não guardam identidade e nem estão no mesmo plano de igualdade, a diferenciação consignada é proposital.

Na verdade, quando o legislador fala em *reparar* os danos, assim o faz, no sentido reparação *in integrum*, retorno ao estado anterior, reconstituição do ambiente lesado. É, em caso de dano consumado, a reparação desejada. Todavia, muitas das vezes, o retorno ao estado anterior é, fática ou tecnicamente, inviável, como na hipótese de extinção de uma espécie. Nesse caso, admite-se a indenização, o ressarcimento monetário da lesão.

Assim, podemos aduzir duas formas de *reparação* do dano ambiental, a saber, *reconstituição e indenização econômica*. Esta última modalidade reparatória, todavia, apresenta-se, não raro, envolta em muitas dificuldades. Na quase totalidade dos casos, não temos como dimensionar economicamente um bem ambiental. A tarefa é praticamente impossível, daí a consagração do entendimento de que a melhor política, no que concerne ao meio ambiente, é a da precaução. Nesse sentido, é o teor do princípio 15 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: “De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”.⁽³⁵⁾

Questão igualmente importante, e não menos polêmica, diz respeito ao fundamento dessa responsabilidade sem culpa.

(34) Para os fins previstos na Lei 6.938/81, entende-se por poluidor, “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental” (art. 3º, IV).

(35) TRINDADE. *Op. cit.*, p. 261

Para alguns a responsabilidade *por danos ambientais* está assentada na teoria do risco integral. Obviamente, afastada a idéia de culpa, advertem que a pessoa que cria o risco tem o dever de reparar os danos advindos de seu empreendimento. Como acentua Milaré⁽³⁶⁾, o poluidor deve assumir todo o risco que sua atividade proporciona, “o simples fato de existir a atividade somado à existência do nexo causal entre essa atividade e o dano produz o dever de reparar”.

Assim, o dever de reparar decorre do dano vinculado à existência de um empreendimento. Não se questiona das causas que originaram o dano ambiental. Nessa perspectiva, não cabe invocar caso fortuito, força maior e fato de terceiro como excludentes de responsabilidade.

Na mesma esteira de entendimento, uma vez verificado o dano e o nexo causal, é irrelevante a alegação de licitude ou normalidade da atividade por parte do poluidor. Hoje, é manifesto que os empreendimentos, além de lícitos, devem corresponder e satisfazer aos valores do ordenamento jurídico, no âmbito do qual podemos inserir o do ambiente sadio. Assim, não se nos afigura como excludente de responsabilidade a mera apresentação de autorização ou licença administrativas, bem como certificado de qualidade ambiental.

O art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, ao tratar das conseqüências da atividade poluidora, refere-se aos danos suportados *pelo meio ambiente e terceiros*. Com efeito, quis o legislador ressaltar que tanto os prejuízos suportados pela coletividade, como um todo, quanto pelas pessoas determinadas, devem ser devidamente reparados.

No que concerne à satisfação dos interesses individualmente determinados, nos moldes tradicionais, o tema não merece maiores apresentações. O que nos chama, contudo, atenção, é a tutela dos interesses difusos e coletivos.

Com certeza, a tutela dos interesses metaindividuais não é mais uma novidade, a matéria já se encontra bem assentada no ordenamento jurídico nacional, seja em razão de quantos dela se valeram como preocupação de seus estudos doutrinários, e o fizeram com maestria, seja em razão das combativas atuações do Ministério Público recompensadas pelo interesse daqueles que têm o dever de sentenciar.

Conquanto tivesse o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81 inovado, conferindo legitimidade ao Ministério Público para propor ação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, foi somente com a edição da Lei da Ação Civil Pública (LACP), Lei 7.347/85, que a tutela coletiva dos interesses ambientais ganhou uma forma mais acabada.

Em seu art. 1º, I, a LACP estabelece que as ações de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente são disciplinadas por seus dispositivos, os quais tratam desde regras de competência, passando pela consagração dos mecanismos

(36) MILARÉ, Édís. “Tutela jurídico-civil do ambiente”. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 0, pp. 34/35, 1995.

de compromisso de ajustamento de conduta, medida que pode prevenir litígios, e do inquérito civil (instrumento exclusivo do Ministério Público destinado à colheita de elementos prévios e necessários ao manejo responsável de ação judicial), criação de um fundo para o depósito das condenações em ações civis públicas (ambientais) com vistas a medidas de reparação aos interesses da coletividade (no âmbito federal o Decreto 1.306/94, atualmente em vigor, regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos), culminando, notadamente, com os efeitos da coisa julgada. Posteriormente, a Lei 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, em sua parte processual, ampliou em muito a Lei de Ação Civil Pública (LACP).

Estendeu-se a legitimidade para propositura de ações coletivas, além do Ministério Público, a outros entes públicos e privados, entre os quais temos as associações que incluam entre suas finalidades institucionais, v.g., a proteção ao meio ambiente. As associações, contudo, devem ser constituídas há pelo menos um ano, nos termos da lei civil, requisito que poderá ser dispensado pelo juiz, caso manifesta a dimensão ou característica do dano, ou, a relevância do bem jurídico a ser protegido pelo manejo da ação coletiva. Assim, ganham uma maior importância as associações de defesa do meio ambiente, ao ampliarem suas forças na busca de todos por uma melhor qualidade de vida.

Hoje, a teor do art. 83 da Lei 8.078/90, aplicável à LACP, está assentado que é admissível qualquer tipo de ação na tutela do meio ambiente.⁽³⁷⁾ A ação coletiva não mais se limita à condenação em dinheiro ou ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Sublinhe-se, outrossim, que a recente Lei 9.605/98, a exemplo do Código de Defesa do Consumidor, previu, expressamente, o importante mecanismo de suspensão da personalidade jurídica (*Disregard of Legal Entity*). Assim, poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma maneira, obstáculo à reparação dos danos causados ao ambiente.

4.2 — Responsabilidade penal da pessoa jurídica

Questão polêmica que tem suscitado calorosos debates diz respeito ao temário responsabilidade penal da pessoa jurídica. Teria nosso ordenamento jurídico superado o clássico princípio segundo o qual *societas delinquere non potest*, ou, noutro dizer, seriam as sociedades passíveis de responsabilização penal? A resposta positiva nos parece incontroversa.

É bem de ver que o art. 173, § 5º, da Constituição Federal de 1988, determina

(37) Art. 83 da Lei 8.078/90 (Título III do Código de Defesa do Consumidor): "Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este Código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela." Art. 21 da Lei 7.347/85: "Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da Lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor."

que a “lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular”. Mais clara foi a intenção do legislador constituinte no art. 225, § 3º, ao dizer que as “condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, *pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais e administrativas*, independentemente da obrigação de reparar os danos causados” (grifamos).

Apesar de opiniões contrárias, temos que o constituinte foi manifesto ao prever a possibilidade de responsabilização criminal das pessoas morais, independente da responsabilidade de seus diretores, por delitos perpetrados contra o meio ambiente.

Nesse sentido, é o entendimento do preclaro Desembargador Gilberto Passos de Freitas⁽³⁸⁾, ao comentar o art. 225, § 3º: “Diante deste dispositivo, tem-se que não há mais o que se discutir a respeito da viabilidade de tal responsabilização. No dizer da Profª Ivete Senise Ferreira: ‘Designando como infratores ecológicos as pessoas físicas ou jurídicas o legislador ... abriu caminho para um novo posicionamento do Direito Penal no futuro com a abolição do princípio ora vigente segundo o qual *societas delinquere non potest*’. Realmente, como é sabido, a Constituição não possui palavras ociosas ou inúteis. Já afirmava Rui Barbosa que: ‘Não há, numa Constituição, cláusulas, a que se deve atribuir meramente o valor moral, de conselhos, avisos ou lições. Todas têm força imperativa de regras, ditadas pela soberania nacional ou popular aos seus órgãos.’ Cabe, pois, ao legislador disciplinar a matéria”.

E o legislador assim o fez, disciplinando o tema com a edição da recente Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.

O art. 3º do novel diploma legal estabelece que “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e *penalmente* conforme o disposto nesta lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no *interesse ou benefício da sua entidade*” (grifamos). Logo a seguir, o seu parágrafo único ressaltou que a “responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”.

Especificadamente, os artigos 21 a 23, Lei 9.605/98, determinam serem aplicáveis às pessoas jurídicas, *isolada, cumulativa ou alternativamente*, as penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. As penas restritivas de direitos, de seu turno, consistem em suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; bem como proi-

(38) FREITAS, Gilberto Passos de. “A tutela penal do meio ambiente”. In: BENJAMIN, Antônio Herman V. (Coord.). *Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 314.

bição de contratar com o poder público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. Por sua vez, a prestação de serviços à comunidade se assenta no custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

No art. 24, a Lei dos Crimes Ambientais prescreve que a “pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional”.

Assim, tendo nosso sistema jurídico admitido a punibilidade criminal das pessoas jurídicas, notadamente no que concerne aos delitos cometidos contra o meio ambiente, logo nos vem outro questionamento: foi feliz o legislador ao prever tal possibilidade de responsabilização? Conquanto só o tempo nos possa dar uma melhor resposta, entendemos relevante o propósito que animou tal importante inovação.

Com efeito, temos que, vez por outra, as sanções administrativas ou civis, bem como a possibilidade de punição, tão-somente da pessoa humana, não se mostram suficientes a dissuadir comportamentos agressores ao meio ambiente. A criminalização de condutas relevantes praticadas em prejuízo do ambiente, *macrobem* constitucionalmente reconhecido, faz-se legítima porquanto indispensável à promoção do nosso único *habitat*. Quanto à importância da imposição de penas às pessoas jurídicas, observou Shecaira⁽³⁹⁾ que, no mais das vezes, o indivíduo ao cometer o delito de forma a beneficiar a pessoa jurídica a qual é vinculado, conquanto condenado à pena de multa, ou até mesmo à pena privativa de liberdade, sua *fidelidade*, sua *dedicação* à empresa, são *recompensados* de molde a ter “uma promoção, férias suplementares, um 14º salário, ou qualquer outra vantagem análoga. Disso deriva que nem o representante da pessoa coletiva, nem esta mesma vêm a sentir os efeitos da pena que se venha aplicar ao primeiro”. Todavia, quando a punição se estende à empresa, o efeito preventivo da pena é maior, podendo a pessoa jurídica deixar de obter o lucro visado com a prática de delito e ainda sofrer prejuízo, notadamente, quando há repercussão do fato na própria mídia.

O Direito Penal mostra-se, dessarte, como instrumento importante à efetiva tutela do meio ambiente. Nessa perspectiva, importante é a recente Lei 9.605/98, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. É bem verdade que não nasceu imune a imperfeições, correções se fazem necessárias, mas, no todo, consolidando diversos diplomas legais, bem como inovando em importantes pontos, o novel diploma legal

(39) SHECAIRA, Sérgio Salomão. “A responsabilidade penal das pessoas jurídicas e o Direito Ambiental.” In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana, Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 133/134.

é uma notável conquista a merecer a acolhida de todos os operadores do Direito, sobretudo, dos juízes, que, na sua dedicação diária, têm tudo para aprimorá-la.

Por derradeiro, no que concerne à responsabilidade penal da pessoa jurídica, muitas outras relevantes e intrincadas questões dogmáticas precisariam ser enfrentadas, o que, evidentemente, ultrapassaria os limitados objetivos a que nos propusemos. Todavia, podemos assegurar, em apertada síntese, que a recente Lei de Crimes Ambientais, consagrando uma novidade constitucional, atribuiu-nos, sem dúvida nenhuma, mais um importante instrumento de promoção do meio ambiente.

Conclusão

A exigência de respostas capazes de modificar o perverso processo histórico de apropriação privatística e irracional da natureza, e, em última análise, de salvaguardar a própria continuidade da vida no planeta Terra, vem, nesse final de século, despertando a atenção da humanidade.

Nesse contexto, *floresce* o Direito Ambiental, fruto do sentimento e da necessidade de respeito à pessoa humana em toda a sua integralidade, a todos os seus âmbitos de vivência.

É bem de ver que não nos encontramos diante de uma realidade acabada. Os primeiros passos foram dados, mas, ainda, temos muito o que fazer pela promoção do nosso único *habitat*. Esse é o grande desafio, de agora e do amanhã.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Plauto Faraco. "Do Direito Ambiental — reflexões sobre seu sentido e aplicação". In: FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). *Direito ambiental em evolução*. Curitiba: Juruá, 1998, pp. 279/295.
- BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
- BENJAMIM, Antônio Herman V. (Coord.). *Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- BIRNFELD, Carlos André Sousa. "Do ambientalismo à emergência das normas de proteção ambiental no Brasil — algumas ilações necessárias". In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 71/97.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. (Tradução de: *L'età dei diritti*).
- BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. "Direito Ambiental e teoria jurídica no final do século XX". In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 11/32.

- CANOTILHO, J. J. Gomes, MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, 1996.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL, 1995, Blumenau. Anais. São Paulo: Brasilcon, 1995, 2 vs.
- COUSTEAU, Jacques. Carta dos direitos das gerações futuras. In: *Meio ambiente em jornal*. Belo Horizonte: Edirel, n. 71, jan./1998, p. 4.
- FELDMANN, Fábio, SODRÉ, Marcelo Gomes. "Consumo e meio ambiente". Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de março de 1997. Caderno Dinheiro, p. 2.
- FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal*. Madri: Trotta, 1995.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco, RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Direito Ambiental e patrimônio genético*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Empresas Verdes. São Paulo, 08 de agosto de 1998.
- FREITAS, Gilberto Passos de. "A tutela penal do meio ambiente". In: BENJAMIN, Antônio Herman V. (Coord.). *Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, pp. 308/318.
- FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). *Direito Ambiental em evolução*. Curitiba: Juruá, 1998.
- GARRIDO, Francisco Peña. "De como la ecología política redefine conceptos centrales de la ontología jurídica tradicional: libertad y propiedad". In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 213/223.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Estudos de Direito Ambiental*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- . *Direito Ambiental brasileiro*. 4ª ed., São Paulo: Malheiros, 1992.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos: conceito e legitimação para agir*. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- MARTINS, Antônio Carvalho. *A política de ambiente da comunidade econômica européia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.
- MILARÉ, Édís. "Tutela jurídico-civil do ambiente". *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 0, pp. 26/72, 1995.
- MORAND-DEVILLER, Jacqueline. *Le droit de l'environnement*, 3ª ed., Paris: PUF, 1996.

- OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades de. "Cidadania e novos direitos". In: Oliveira Junior, José Alcebiades de (Org.). *O novo em Direito e política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, pp. 125-148.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- PRIEUR, Michel. *Droit de l'environnement*. 3ª ed., Paris: Éditions Dalloz, 1996.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 1993.
- . *Memórias*, v. I. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SCHECAIRA, Sérgio Salomão. "A responsabilidade penal das pessoas jurídicas e o Direito Ambiental". In: Varella, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 125-140.
- SERRANO MORENO, José Luis. "Concepto, formación y autonomía del derecho ambiental". In: VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 33-49.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de Direito Penal*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 1994.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.
- VARELLA, Marcelo Dias, BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (Coord.). *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira: evolução histórica do Direito Ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 0, pp.158/169, 1995.